



Público

16-11-2016

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 51453

Temática: Sociedade

Dimensão: 3408 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/2 a 4

Portugueses apontam corrupção como um dos maiores problemas do país

Gestores vistos como os mais corruptos, segundo
relatório da Transparência Internacional **Destaque, 2 a 4**

TRANSPARÊNCIA

Metade do país considera a corrupção um dos maiores problemas

Barómetro da Transparência Internacional na Europa e Ásia Central revela que um terço dos cidadãos considera os governos e parlamentos altamente corruptos, e pobres as políticas que o evitam

Leonete Botelho

Um terço da população da Europa e da Ásia Central considera que a corrupção é um dos maiores problemas do seu país e mais de metade entende que os governos estão a fazer um mau trabalho no combate à corrupção no sector público. Em Portugal, os dados são ainda mais significativos: mais de metade (51%) elege a corrupção como um dos três maiores desafios, mesmo quando têm de escolher entre assuntos como a economia e o desemprego (considerado o maior problema), o crime, a imigração, a saúde ou a educação.

Os dados são do barómetro da corrupção da Transparência Internacional (TI), cujos inquéritos foram feitos em Janeiro em 42 países da Europa e Ásia Central, de Portugal ao Cazaquistão, incluindo a Rússia. Neste estudo, feito pela primeira vez em

blocos regionais (e não a nível mundial), foram ouvidas 60 mil pessoas (1008 em Portugal) pessoalmente e por telefone e, destas, uma em cada três considera que o poder executivo e o legislativo – governos e parlamentos – são muito ou totalmente corruptos.

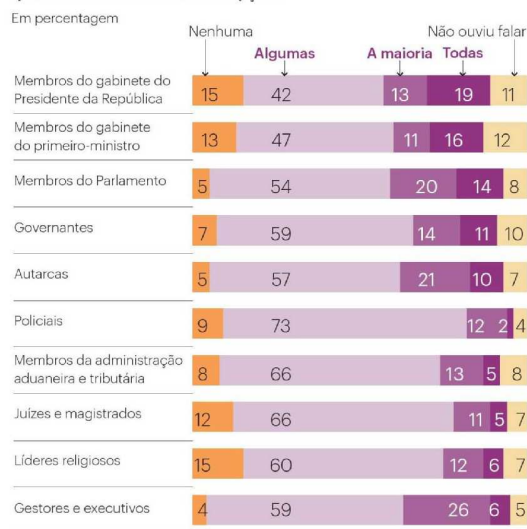
Para a Transparência Internacional, estes dados ajudam a explicar o aparecimento e o aumento dos movimentos nacionalistas e populistas, pois reina a “convicção de que as instituições democráticas tradicionais – governos e partidos políticos – não só não estão a cumprir as promessas de prosperidade e igualdade de oportunidades como não são fiáveis”.

A corrupção é central nesta história, “tanto o falhanço do governo em combatê-la como a sua cumplicidade com os corruptos ou os esquemas clientelares”, afirma-se no relatório. Os dados mostram isso mesmo. Poucas pessoas acham que os seus governos estão a fazer o suficiente para combater a corrupção na política –

apenas 23%. E mais de um quarto dos cidadãos vê os políticos, os membros dos governos e os homens de negócios como altamente corruptos, sendo que mais ainda – um em cada três inquiridos – consideram que os mais ricos têm muita influência sobre as decisões governamentais.

O estudo identifica nove categorias de profissões e os grupos com maior índice de percepção da corrupção são os deputados e os membros do governo. Os dados de Portugal não escapam muito da média global: 33% dos portugueses consideram que a maioria ou a totalidade dos parlamentares é corrupta, contra 31% da média global. Onde o país está mais bem colocado é na avaliação dos esforços do governo em combater a corrupção: apenas 37% consideram que é um mau trabalho, mas só há dois países com melhor performance – Suíça e Suécia (28%). A média europeia é de 53%, e em Espanha 80% consideram que os esforços do governo são muito maus.

De entre os seguintes grupos profissionais, quantas pessoas acha que estão envolvidas em corrupção?



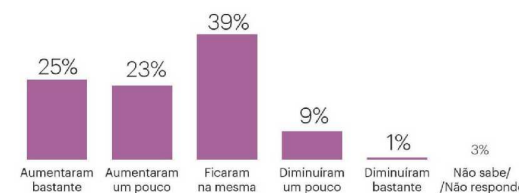
Nos últimos 12 meses, teve contacto ou pediu assistência a...

	% de utentes que pagou taxas	% que teve contacto
Polícia de trânsito	3	24
Autoridade que emite documentos oficiais como passaportes, certificados de nascimento, registo predial, etc.	0	28
Tribunais civis	1	10
Escolas públicas	1	41
Sistema Nacional de Saúde	2	73
Centro de Emprego	1	11
Segurança Social	1	12

Pagou um suborno em pelo menos um (de oito) serviços públicos utilizados?

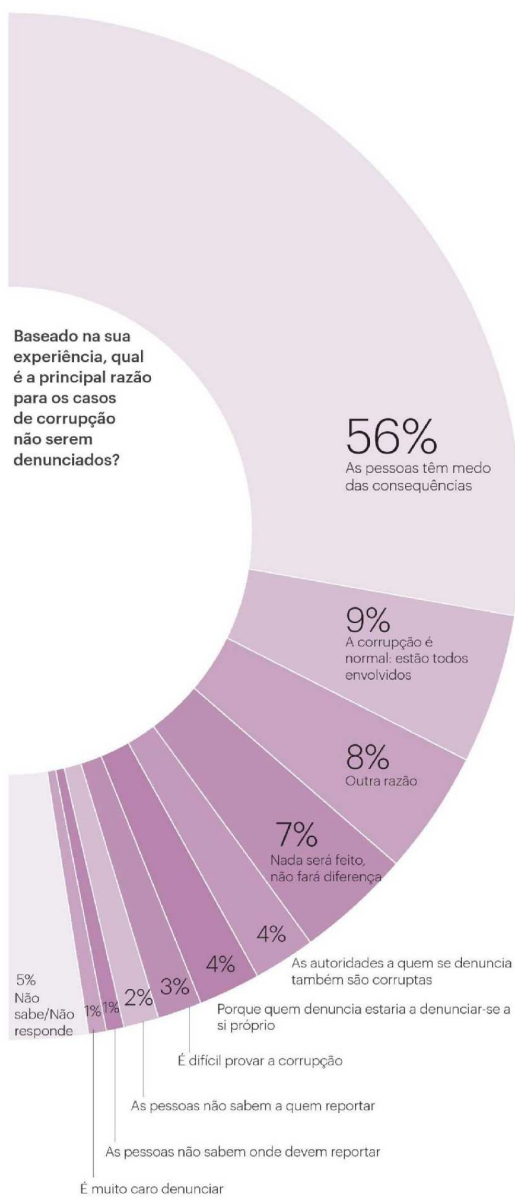


Na sua opinião, no último ano, os níveis de corrupção em Portugal...



Fonte: Relatório da Transparência Internacional sobre Corrupção 2016

Onde o país está mais bem colocado é na avaliação dos esforços do governo em combater a corrupção: apenas 37% consideram que é um mau trabalho, mas só há dois países com melhor performance



A influência dos mais ricos sobre os políticos (governos e parlamentos) é uma constatação para 57% dos inquiridos em todo o estudo, mas acentua-se entre os europeus (65%). Este factor está intimamente relacionado com a forma como os cidadãos percebem o combate à corrupção, sugerindo que a influência da riqueza nas decisões governamentais funciona como “um inibidor do combate à corrupção, ou que os interesses influenciam mais facilmente os governos que têm fracas políticas anticorrupção”, analisa a TI.

O paradigma Barroso

“Tornou-se impossível ignorar a corrupção sistémica na forma como os negócios influenciam a política, como revelado no caso em julgamento de 37 executivos e políticos em Espanha alegadamente envolvidos num esquema de contrapartidas por contratos durante cerca de uma década”, ilustra também o relatório. “Exemplos como este podem dar a impressão, ao cidadão comum, de que os investimentos públicos e as opções políticas são distorcidas a favor de uns poucos sobre o todo”, alerta-se.

“Esta percepção aumenta com a prevalência de formas mais subtis de corrupção, como os conflitos de interesses – reais ou percebidos como tal – em situações de *lobbying* escondido e das ‘portas giratórias’ entre os sectores público e privado”, consideram os analistas.

A polémica em que se tornou a ida do ex-presidente da Comissão Europeia Durão Barroso para o Goldman Sachs é apresentada como exemplo da forma como as sociedades repudiam este tipo de situações: uma petição com mais de cem mil assinaturas pedindo sanções para o ex-primeiro-ministro português “mostra como as expectativas sobre maior integridade na política e nos negócios estão a mobilizar os cidadãos”. É neste contexto que o relatório deixa como recomendação que os países e instituições da UE devem aprofundar a regulamentação e os registos do *lobbying*, para garantir que as decisões políticas possam ser escrutinadas.

E não pode fazer-se nada?

O barómetro permite verificar como atitudes e experiências da corrupção divergem entre os países da União Europeia, os próximos da UE

(candidatos ou membros recentes) e os da antiga União Soviética (hoje membros da Commonwealth of Independent States). Estes últimos, por exemplo, sofrem das mais altas taxas de suborno. Nos outros, há algumas semelhanças surpreendentes, com os franceses e os russos a pensar que os seus governos não fazem o suficiente para combater a corrupção.

Transversal a todos é, porém, a sensação de impotência: 27% de todos os inquiridos consideram que o cidadão comum não pode fazer nada para combater a corrupção. E os restantes dividem-se conforme as suas realidades: na UE, onde a corrupção percebida é sobretudo a nível institucional, político, a melhor forma de reagir é denunciar os incidentes de corrupção. Já nos países da Commonwealth of Independent States, a atitude vista como mais eficaz é recusar pagar subornos.

Mesmo considerando que a denúncia é a forma mais eficaz de combater a corrupção, os dados mostram que, na prática, raramente alguém o faz. Menos de um em cada cinco pessoas que disseram ter pago luvus no último ano reportou o caso às autoridades. E a principal causa disso é o medo de represálias, como perder o emprego (30%). O medo é um factor que atravessa as três regiões, mas em França, Suíça, Portugal e Holanda metade ou mais dos inquiridos diz que é o principal motivo para não haver denúncias (50% a 56%).

A segunda razão apontada para o encolher de ombros é a dificuldade de prova (14%) e a terceira o considerar que a denúncia não vai fazer qualquer diferença (12%), o que sugere uma quebra de confiança nos canais de denúncia ou mesmo que reina a impunidade sobre a corrupção.

Curiosa é a forma como as diferentes regiões encaram a denúncia. Na UE, quase metade dos inquiridos considera-a socialmente aceite – aqui Portugal destaca-se, juntamente com a França, com níveis de aceitação na ordem dos 75%. Mas em países como Montenegro, Bielorrússia, Ucrânia, Hungria, Bulgária, Lituânia, Arménia, Rússia e Bósnia e Herzegovina a denúncia é muito mal aceite socialmente (entre 10% e 17%). O problema está na forma como os cidadãos são, ou não, protegidos depois de fazerem uma denúncia.

leonete.botelho@publico.pt

Administradores: classe mais corrupta

Os administradores e gestores de empresas surgem, aos olhos dos portugueses, como a classe que lidera a cadeia de corrupção no país. Um total de 91% dos inquiridos no estudo de opinião da Transparência Internacional identifica os *business executives* como a profissão em que alguns, a maioria ou todos estão envolvidos em esquemas de corrupção. Os níveis de desconfiança não descem muito quando se fala de autarquias e deputados (88%), seguidos pela polícia (87%), oficiais de impostos (85%), membros do governo (84%) e juizes (82%). Nesta hierarquia de suspeição surgem também muito cotados os líderes religiosos (78%), acima dos membros do gabinete do primeiro-ministro e da presidência (ambos com 74%).

O estudo foi feito através de 1008 entrevistas em Portugal continental entre 4 e 26 de Janeiro, numa altura de campanha para a Presidência da República e com um governo recém-empossado. Neste contexto, não é possível fazer leituras fiáveis sobre os quadros mentais que mais podem ter influenciado os inquiridos. Mas os níveis de desconfiança sobre políticos em geral, empresários e funcionários do Estado não deixam dúvidas sobre a erosão da confiança no sector público. É de considerar, no entanto, que a corrupção percebida não tem grande expressão em matéria de subornos: apenas 10% dizem ter pago luvus no último ano, em diferentes sectores. O estudo mostra também que 48% dos inquiridos consideram que no ano anterior a corrupção no país aumentou e 39% que se manteve na mesma. Só para os restantes diminuiu.

DESTAQUE

TRANSPARÊNCIA

“As pessoas votam nos palhaços porque se revêem neles”

João Paulo Batalha O director executivo da TIAC defende que o combate à corrupção sistémica é o desafio mais urgente das democracias para recuperar a confiança dos cidadãos

Entrevista Leonete Botelho

Uma das leituras mais interessantes do relatório deste barómetro é a ligação da percepção da corrupção ao aumento dos movimentos populistas na Europa. Já é possível comparar este estudo com o dos Estados Unidos?

Não, esse barómetro ainda não está disponível, mas temos uma pista com o resultado das eleições (risos). De facto, a única mensagem consistente da campanha de Donald Trump foi o combate à corrupção sistémica – e não apenas a do suborno, que não é um problema nos EUA como não é na Europa. Ele falava abertamente do dinheiro que dava para as campanhas eleitorais anteriores e os favores que depois cobrava por isso. Basicamente ele dizia: “O sistema está todo corrupto e eu sei porque fui eu que o corrompi.” Se ele é a pessoa certa ou não para fazer esse combate, vamos ver. É possível fazer um paralelismo com a Europa?

Não temos os dados dos EUA mas temos os da Europa, e mesmo os de Portugal mostram isso: a percepção da corrupção sistémica, da captura e mau funcionamento das instituições, em que grandes interesses económicos têm a capacidade de moldar a legislação e as decisões regulatórias a seu favor, roubando às instituições a capacidade de defender o interesse público.

É uma novidade a corrupção surgir em terceiro lugar nas prioridades dos cidadãos

européus?

É uma novidade e é curioso porque é uma região onde as pessoas não são chamadas a pagar subornos frequentemente. É natural que questões como a economia, o emprego, os serviços sociais como a saúde e a educação surjam à frente. O facto de a corrupção estar em terceiro lugar mostra que, em toda a Europa, as pessoas estão a ter uma percepção cada vez mais clara, talvez motivada pela crise, de que as instituições não estão a responder às suas necessidades porque estão capturadas. Situações como conflitos de interesses, de *lobbying* opaco, de portas giratórias em que os responsáveis políticos passam para o sector privado, fazem parecer que todo o aparelho do Estado está direccionado para outros interesses que não o público. Que esta corrupção sistémica esteja já tão presente nas percepções das pessoas é um sinal de que estamos num ponto de viragem da própria qualidade das democracias e da capacidade delas se regenerarem e ainda se salvarem.

Será a corrupção a pedra-de-toque, o ponto fulcral onde se dá o divórcio entre a classe política e os cidadãos?

É exactamente na percepção que as pessoas estão a formar de que não serve de nada votar porque há um conjunto de regras não escritas que está completamente enraizado e que faz com que as instituições não cumpram o seu papel. E o eleitor sente que é pouco mais que um tanso.

Um palhaço.

Sim, e as pessoas preferem votar nos palhaços, revêem-se mais neles, que não levam o sistema a sério, que o criticam, o atacam



“**Portugal é um país com índice muito baixo de confiança, nas instituições e interpessoal. Nós confiamos muito pouco uns nos outros**”

violentemente, porque estão a sentir que a democracia se está a reduzir-se a uma democracia formal, de eleições regulares e exercício formal de direitos e liberdades individuais. Isso pavimenta o caminho para todo o tipo de populismos, para a abstenção que se está a tornar crónica, e para uma descrença cada vez maior na democracia. Ao ponto, perigoso, de quando chegar o momento crucial – a que se calhar já se chegou nos EUA e no Reino Unido, com o “Brexit” – em que as pessoas são chamadas a defender o regime democrático, já poucas o fazem porque não se reconhecem nesta democracia formal.

É esse o desafio das democracias?

Mais até do que as questões económicas ou das políticas sociais, o combate à corrupção sistémica é o desafio urgente e imediato das democracias, porque sem este combate não só não se

recupera a confiança dos cidadãos, como não se conseguem resolver os problemas de crescimento económico e de dificuldade financeira das políticas sociais. **Que instrumentos devem ser usados nesse combate? A delação premiada é útil?**

Sim, é útil em casos de grande corrupção em que é preciso dar um incentivo a pessoas que têm conhecimento do esquema ou estão envolvidos nele possam colaborar com a justiça. Em Portugal não é nenhum tabu, porque a lei já prevê a dispensa ou redução de pena, as condições é que são demasiado restritivas. Mas não é a grande panaceia. Antes disso é preciso proteger as pessoas que denunciam os casos de corrupção e não estão envolvidos neles. Este estudo mostra que as pessoas não denunciam porque têm medo de represálias: queixas-crime por difamação, perseguições, pressões laborais, ostracismo social. É preciso começar por aí e há muita coisa a fazer.

O que é que o surpreendeu mais nestes dados sobre Portugal?

Pessoalmente, foi a desconfiança sobre os líderes religiosos, embora não sejam os pior qualificados, mas estes dados todos conjugados revelam uma falta de confiança, não só nas instituições públicas e do Estado, mas também nos actores sociais que ancoram a nossa vida em sociedade. Portugal é um país com índice muito baixo de confiança, nas instituições e interpessoal. Nós confiamos muito pouco uns nos outros. Se nem os líderes espirituais estão a salvo da desconfiança, é difícil termos um ponto onde podemos começar a reestruturar a confiança.